



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CGFLOP

30 de março de 2010

Ata - 19ª Reunião Ordinária

Às 9:00h do dia 30 de março de 2010, no Edifício Sede do CENAFLOP, em Brasília, Capital Federal, deu-se início a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida pelo Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel.

1. Abertura

O Sr. **Antônio Hummel (SFB)** abriu a reunião e solicitou a todos os presentes que se apresentassem. A seguir, fez um breve comentário a respeito de um material sobre a caatinga (calendário), salientando a importância de valorização de outros biomas além da Amazônia. Depois disso, solicitou a aprovação da agenda.

Perguntou se havia algum comentário sobre a ata da 18ª reunião ordinária. Diante da concordância de todos, a ata da 18ª Reunião Ordinária da CGFlop foi aprovada.

O Sr. **Rubens Gomes (FBOMS)** questionou sobre a inclusão, na Ata, de Boa Vista dos Ramos/AM, como um município contemplado pelas ações de manejo florestal comunitário, demanda que havia sido acatada na reunião passada da CGFlop. O Sr. Antônio Hummel confirmou que essa demanda deve ser incluída na Ata da 18ª reunião.

O Sr. **Antônio Hummel** convidou, então, O Sr. Marcus Vinicius Alves, gerente-executivo de planejamento do Serviço Florestal Brasileiro, para fazer a apresentação de um dos temas de pauta: estudos de pós-índices de madeiras.

2. Tema de Pauta 1: Estudos de pós-índices de madeiras

O Sr. **Marcus Vinicius Alves** apresentou os resultados de dois estudos realizados pelo contratado pelo Serviço Florestal Brasileiro ao Imazon.

Primeiramente, apresentou o estudo de pólos contratado e que foi concluído em fevereiro de 2010. O objetivo desse estudo era caracterizar os pólos de produção madeireira e descrever as principais estatísticas dos parâmetros que forem indicados no termo de referência como relevantes para essa caracterização. Em seguida, apresentou a metodologia utilizada para o estudo e destacou os resultados alcançados: foram identificados os centros de processamento de madeira, o percentual da madeira extraída e a fonte, e o destino da madeira processada em 2009. Chegou-se à conclusão que houve uma redução considerável no consumo de madeira em tora, devido a vários fatores. Não foram dados os detalhes do estudo, pois ele possui quase 700 páginas, mas será publicado um resumo executivo destacando os principais resultados.

Foi também apresentado um outro estudo, que trata do índice de madeiras tropicais na Amazônia. Este estudo tem como objetivo desenvolvimento e aplicação de um método de acompanhamento de preços médios pagos nas indústrias madeireiras da Amazônia. Por fim, o Sr. Marcus Vinícius Alves apresentou a metodologia utilizada e os resultados obtidos até o momento, salientou que doravante esse índice vai estar mensalmente na página do Serviço Florestal e agradeceu a todos.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** afirmou que estava aberta a sessão de questionamentos.

O Sr. **Carlos Bantel (SBEF)** elogiou a iniciativa desses trabalhos, porque há muitos questionamentos a respeito de dados e informações madeireiras no Brasil. Sugeriu que o Serviço Florestal Brasileiro revisasse o dado sobre consumo anual de toras no Acre, pois existe uma discrepância em relação aos demais.

O Sr. **Justiniano Neto (CNI)** perguntou em relação ao índice de preços: onde é feita a coleta, como ela é realizada, por quem e onde precisamente, no sindicato, no boletim de preços ou em algum outro local.

O Sr. **Marcus Vinícius Alves** respondeu que a coleta é feita em diversas fontes: são vários informantes, empresas, órgãos de classe, praças e centros processadores, são mais ou menos mil entrevistas, seja por telefone, seja pessoalmente, seja por e-mail. Afirmou que é feita mensalmente pela empresa contratada, a Imazon, em oito medições consecutivas mensais.

O Sr. **Justiniano Neto** perguntou quem vai ficar responsável pela medição após essas oito medições consecutivas.

O Sr. **Marcus Vinícius Alves** respondeu que, após essa medição, será realizada uma avaliação do procedimento, para analisar a implementação em longo prazo e de forma permanente.

O Sr. **Justiniano Neto** perguntou, então, se a metodologia ainda está numa fase experimental e se não há uma perspectiva para servir de base para os contratos de concessão daqui um ano e meio.

O Sr. **Marcus Vinícius da Silva Alves** respondeu que isso vai depender do comportamento das avaliações. A idéia é ter um índice que seja mais próximo do setor madeireiro na avaliação e no reajuste dos contratos utilizado hoje, o IPCA/IBGE.

O Sr. **Justiniano Neto** perguntou se o índice permite fazer uma leitura particular de espécies ou grupo de espécies.

O Sr. **Marcos Vinícius Alves** respondeu que a coleta é feita por espécies, mas o índice não está sendo trabalhado por espécie e nem por grupo de espécies, porque a intenção é haver um índice para a Amazônia.

O Sr. **Jorge Yared (Abema)** afirmou que o estado do Pará está num processo do pré-edital de concessão das audiências públicas, e o mais difícil foi chegar num preço mínimo para colocar no edital. Ele perguntou se estão no site todos os fatores considerados para o índice, como o custo de transporte e o custo da exploração, e se isso está regionalizado.

O Sr. **Marcos Vinícius Alves** respondeu que se trata de um índice de preços. O índice trata de variação de preços, e não se trata de espécies ou de localidade. Afirmou que existem muitos dados utilizados para a geração do índice, mas não estão tabulados e não estarão disponíveis, pois o objetivo é gerar um índice de preço para a Amazônia.

O Sr. **Jorge Yared** fez a pergunta se os dados de custo de exploração e custo de transporte estarão disponíveis regionalmente.

O Sr. **Marcos Vinícius da Silva Alves** respondeu que no estudo de pólos, quando for divulgado, serão apresentadas as tabelas de custos, que é o objeto do estudo, os custos de exploração, os custos de processamento, os custos de transporte.

O Sr. **Milton Kanashiro (Embrapa)** perguntou se a tabela de volumes pressupõe que toda a madeira é madeira legal.

O Sr. **Marcos Vinícius Alves** respondeu que não necessariamente toda a madeira é legal, pois na tabela que diz a fonte da madeira existe um campo que diz "outros", ou seja, outras fontes de madeira, indefinidas. Ademais, afirmou que compete aos órgãos de controle elaborar as informações sobre ilegalidade.

O Sr. **Milton Kanashiro** sugeriu que as informações fossem mais detalhadas, que deveria ser gerado um índice por espécie, porque pela primeira vez vai haver uma solicitação da FAO com relação à situação nacional dos diversos países dos recursos genéticos florestais.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** agradeceu ao Sr. Marcus Vinícius pela apresentação e afirmou que os estudos são fundamentais para entender a dinâmica do setor madeireiro na Amazônia. Depois disso, chamou o Sr. Marcelo Arguelles, gerente-executivo de concessão florestal do Serviço Florestal Brasileiro, para expor o segundo item da pauta, o edital da concessão em Amana.

3. Tema de Pauta 2: Pré-edital da concessão na Flona Amana

O Sr. **Marcelo Arguelles** apresentou à CGFlop a minuta de edital da Floresta Nacional (Flona) do Amana. Os tópicos de apresentação foram: a fundamentação estratégica que norteou a elaboração do edital; as principais mudanças e a nova estrutura proposta para o edital; aspectos sociais de convergência com outras atividades econômicas, principalmente atividades de garimpo; os parâmetros para definição das unidades de manejo; a definição dos preços; indicadores e a definição das obrigações financeiras contratuais; o regime econômico financeiro do contrato.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** agradeceu ao Sr. Marcelo Arguelles pela apresentação e passou para as perguntas.

O Sr. **Rubens Gomes** indagou, primeiramente, como é o processo, a quem se destina, quem organiza e como que se dá o acesso de lotes para áreas comunitárias. Logo após, afirmou que, apesar de a equipe do Serviço Florestal Brasileiro não ter identificado populações tradicionais no entorno, a área não está desocupada, tem uso das populações tradicionais e é preciso identificar quais são os produtos que a população faz uso, para consumo ou para mercado. Afirmou que o Serviço Florestal Brasileiro precisa garantir no edital que essas populações possam continuar se mantendo neste processo. Em seguida, comentou que é necessário um processo de consulta pública para o edital. Por último, perguntou qual é a possibilidade do indicador A2, o investimento em infra-estruturas e serviços para as comunidades locais, ser um bonificador.

O Sr. **Marcelo Arguelles** respondeu que o zoneamento da unidade de conservação é feito dentro de uma metodologia definida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e explicou a metodologia utilizada. A respeito das populações tradicionais, afirmou que onde tinha gente dentro da floresta nacional, o avião fretado pelo Serviço Florestal Brasileiro pousou e conclui-se que é uma zona com histórico de ocupação vinculado ao garimpo, e não a presença de populações que tradicionalmente habitam ou usam o recurso como entendemos populações tradicionais. Dessa forma, o Serviço Florestal Brasileiro não identificou o uso tradicional dos recursos florestais.

O Sr. **Rubens Gomes** perguntou se os mundurukus transitam na área.

O Sr. **Marcelo Argueles** respondeu que os mundurukus estão razoavelmente distantes dessa área.

O Sr. **Luiz Carlos Joels (diretor do Serviço Florestal Brasileiro)** afirmou que o Serviço Florestal Brasileiro fez uma reunião com as lideranças dos mundurukus em Jacareacanga e perguntou se havia algum uso que eles fizessem e foi dito que não. Também foi perguntado para as lideranças, para o pessoal de sindicatos de trabalhadores rurais e para o pessoal do garimpo, e todos responderam que não fazem o uso destes produtos. Depois disso, o Sr. Joels asseverou que está sistematizado um manual sobre consultas públicas, um ciclo de consulta, baseado nas experiências de Jamari e Saracá. Explicou todas as reuniões já realizadas e as futuras reuniões que serão realizadas, inclusive as audiências públicas e consultas públicas, a respeito da concessão de Amana.

O Sr. **Rubens Gomes** afirmou que gostaria de receber antecipadamente as datas das audiências para fazer a mobilização social.

O Sr. **Luiz Carlos Joels** respondeu que as audiências são divulgadas sempre com antecipação de 15 dias.

O Sr. **Marcelo Arguelles** comentou que a publicação do pré-edital está prevista para a terceira semana do mês de abril. Afirmou que existe todo um processo de preparação das pessoas, de esclarecimento, de fornecimento de informações prévias, e após isso a agenda é passada para todos os conselheiros da CGFlop.

O Sr. **Luiz Carlos Joels** lembrou que nas outras audiências sempre houve a participação de dois ou três conselheiros da CGFlop, que acompanharam as audiências públicas.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** registrou que a conselheira Fani Mamede, representante da Contag, não pôde comparecer à reunião, mas ela mandou uma mensagem pedindo para o Serviço Florestal Brasileiro divulgar bem as datas relacionadas às consultas.

O Sr. **Afonso de Sá (MDIC)** citou a presença do Sr. Marcelo Arguelles em cento e poucas empresas. Assim, perguntou o que o Sr. Marcelo Arguelles viu, que tipo de empresa existe na região, como elas estão estruturadas, se trabalham só com produtos madeireiros, se há também produtos não madeireiros e qual a vocação da região.

O Sr. **Marcelo Arguelles** respondeu que a equipe constatou uma profunda crise no setor madeireiro, marcada pela redução do uso da matéria-prima e do número de empresas, e pela grande quantidade de mão-de-obra desempregada.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** complementou que o estudo de pólos trouxe informações do setor na região, afirmando que havia em torno de 260 indústrias, e hoje, segundo o relato, tem cerca de 35 em funcionamento.

O Sr. **Justiniano Neto** perguntou sobre as empresas fechadas e sobre o desemprego que tem atingido a população da região.

O Sr. **Marcelo Arguelles** respondeu que foi constatado que a força de trabalho migrou para atividades informais, ou migrou para atividades de garimpo, uma parte na região da BR 163 para grilagem de terra, de invasão de unidade de conservação, ou estabelecimento de colônias e pequenas fazendas, pequenas áreas de produção nas unidades de conservação, Eles migram para atividades informais, para a ilegalidade.

O Sr. **Justiniano Neto** comentou a respeito do indicador que mede a redução de danos à floresta remanescente durante a exploração florestal, medindo o impacto das estradas secundárias, trilhas de arraste e pátio. Sugeriu que esse indicador deve ser uma obrigação do contrato, que deve ser eliminado como critério eliminatório e classificatório e transformado em bonificador. Afirmou que seria melhor ficar apenas com critérios eliminatórios e classificatórios de cunho social, de cunho de agregação de valores de maior eficiência.

O Sr. **Marcelo Argueles** afirmou que a sugestão está registrada e encaminhada à diretoria para uma resposta final.

O Sr. **Justiniano Neto** afirmou que vai formalizar essa proposta e perguntou se houve alguma modificação dos grupos de espécies usados em Saracá-Taquera.

O Sr. **Marcelo Argueles** afirmou que a modificação foi bastante grande, baseada nos dados estatísticos.

O Sr. **Justiniano Neto** perguntou se além dos valores houve mudança de espécies nos grupos.

O Sr. **Milton Kanashiro** fez um comentário a respeito das áreas primitivas e de uso especial, destacando que a área de uso especial é bem pequena, mas a primitiva tem 77 ml hectares, que é maior do que

a área para manejo comunitário.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** afirmou que essa denominação está no regramento da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), o Decreto, no contexto da formalização do plano de manejo. O zoneamento reflete os termos da lei e reflete também o objetivo para que aquela unidade de conservação foi criada.

O Sr. **Milton Kanashiro** solicitou uma explicação em poucas palavras.

O Sr. **Gustavo Machado** explicou o roteiro metodológico usado para o zoneamento, detalhando as atividades permitidas em cada zona: zona de preservação, zona primitiva, zona de uso de manejo florestal comunitário, manejo sustentável.

O Sr. **Jorge Yared** parabenizou pela grande evolução na parte processual da concessão e do conteúdo. Retomou a questão levantada pelo Sr. Rubens Gomes sobre os produtos não madeireiros e outros serviços: como que estão as espécies, o estabelecimento de preços, como é a metodologia.

O Sr. **Marcelo Arguelles** respondeu que há muita dificuldade em fazer um estudo similar ao que foi feito para madeireiros, o uso é bastante disperso, fragmentado e tem uma diversidade tão grande de potencialidades e possíveis usos que o Serviço Florestal Brasileiro optou por utilizar como referência a pauta da Secretaria de Fazenda do Estado do Pará, que lista uma diversidade bem grande de produtos não madeireiros e estabelece unidades, que são diversas unidades: hectolitros, feixe, peso, volume. Afirmou que em relação à atividade de serviço é a mesma coisa, porque é tão variada, então é possível optar por adotar como referência o que o estado cobra para a atividade de serviço, a mesma alíquota do ISS municipal, base de 5%.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** indagou se há mais alguma pergunta.

O Sr. **Moyses Israel (CNI)** lembrou que quando forem feitas as buscas em cartório para efeito de verificação fundiária o Serviço Florestal deve dar maior publicidade, porque nessas áreas há títulos muito antigos. Afirmou que é preciso dar uma publicidade que vá além da busca em cartório, nos jornais, na rádio, alto-falantes comunitários, nas vilas ou cidades próximas.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** fez uma leitura. “Foi publicado no jornal A Crítica, no dia 22 de março de 2010, sob título: ação imediata. Braga, o governador Eduardo Braga do Estado do Amazonas, defendeu uma ação imediata para conter o aquecimento global e uma nova relação do ser humano / natureza. Contou a história de uma conversa que teve com uma mulher no Amazonas a qual ele recomendou que não cortasse árvores. E recebeu como resposta: Governador, eu não faço isso porque quero, mas porque é triste ouvir o meu filho chorando de fome”.

O Sr. **Marcelo Arguelles** respondeu a respeito das dúvidas sobre os grupos de espécies.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** destacou que ainda havia como ponto de pauta uma breve apresentação do nosso relatório de gestão de florestas públicas.

O Sr. **Rubens Gomes** expressou uma dúvida em relação ao encaminhamento da verificação da listagem dos produtos não madeireiros. Declarou que é necessário ter cuidado para garantir que o produto não madeireiro, se for entrar no processo, que não seja o de uso tradicional, que seria injusto.

O Sr. **Marcelo Arguelles** respondeu que o edital tem um anexo que possui as situações de exclusão. O Serviço Florestal Brasileiro sempre exclui do objeto da concessão as espécies que têm algum tipo de uso tradicional e condiciona algumas outras a uma autorização específica.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** afirmou que faltavam poucos itens na pauta e sugeriu aos membros da CGFlop adiar o almoço a fim de encerrar a reunião. Iniciou, então, os informes.

O Sr. **Marcelo Arguelles** informou sobre o processo do edital de Saracá-Taquera, afirmando que naquele momento o processo licitatório estava tramitando, em fase final de habilitação das empresas.

O Sr. **Rubens Gomes** perguntou se houve algum avanço em relação ao impasse com a demarcação das terras das comunidades quilombolas.

O Sr. **Marcelo Arguelles** respondeu que foi feito tudo que estava dentro da competência do Serviço Florestal Brasileiro: a identificação, a delimitação, a incorporação da reivindicação deles dentro do edital, a definição das UMFs com 25 quilômetros em média de distância em relação à comunidade.

O Sr. **Rubens Gomes** afirmou que é preciso resolver os problemas crônicos da titulação das terras dos quilombolas.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** sugeriu que seja feita uma recomendação da CGFlop para o avanço do processo de titulação feito pelo Incra.

O Sr. **Justiniano Neto** informou que fez uma pesquisa e relacionou 4 fatores que influenciaram a baixa participação das empresas na concessão do Sacará: o preço; o momento de lançamento do edital; o receio em relação ao edital; e a confluência com a mineração. Sugeriu que o Serviço Florestal Brasileiro realizasse algumas oficinas, uma capacitação para as empresas participarem sem esse receio. Além disso, perguntou como se encontra a ação civil, se o Serviço Florestal Brasileiro está seguro em relação ao processo.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** respondeu que o Serviço Florestal Brasileiro participou ativamente do processo, em função da liminar, e que a defesa foi muito bem feita. No entanto, nada impede o Ministério Público Federal ingresse de novo com a ação. Como já houve uma decisão tomada no TRF em Brasília, há uma segurança maior.

O Sr. **Rubens Gomes** afirmou que é possível que o movimento social entre novamente com processo, enquanto não tiver uma posição definitiva.

O Sr. **César Lima (coordenador de editais da Gerência-executiva de Concessão Florestal)** afirmou que, além de o Serviço Florestal Brasileiro ter cassado duas liminares, inclusive no TRF, em relação ao processo

da marcação dos quilombolas, existe também uma cláusula contratual garantindo que se, por ventura, haja qualquer confluência com a área dos quilombolas, a área que for designada para os quilombolas seria excluída da UMF e seria refeito o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O Sr. **Geraldo Assis (Ibama)** a perguntou sobre as perspectivas da utilização dos resíduos florestais previstos no edital da Flona.

O Sr. **Marcelo Arguelles** respondeu que o Serviço Florestal Brasileiro estimula e incentiva isso e, dentro de uma perspectiva de um contrato de longo prazo, acredita que de fato vai haver essa utilização. Ela é voltada para o material oleoso de exploração, ou seja, material residual da própria exploração, ponto de tora e etc.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** iniciou a apresentação sobre o Relatório de Gestão de Florestas Públicas. A apresentação tratou, basicamente, de: quais são os objetivos do relatório; a estrutura e o conteúdo do relatório; a evolução da gestão das florestas públicas e principalmente as soluções encontradas para os problemas, as lições aprendidas. O conteúdo apresentado do relatório abordou os seguintes assuntos: o cadastro nacional de florestas públicas; o PAOF 2010; o processo de habilitação das florestas nacionais, juntamente com o ICMBio; os contratos de transição; a concessão em Jamari; os trabalhos na área de florestas comunitárias; monitoramento de florestas públicas; fomento florestal; Fundo Amazônia; discussões sobre REDD; gestão do distrito florestal da BR 163; reuniões da CGFlop; capacitação e difusão do manejo florestal; pesquisa florestal; prioridades para 2010.

O Sr. **Justiniano Neto** parabenizou o Sr. Antônio Hummel pela sua gestão no Serviço Florestal Brasileiro e afirmou que as concessões devem ser promovidas para suprir o mercado. Perguntou como se encontram as questões relacionadas aos planos de manejo.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** agradeceu em nome da equipe do Serviço Florestal Brasileiro citou que foi assinado um contrato de gestão entre o Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio e o Ibama, com metas a respeito de planos de manejo. Além disso, foi feito com o ICMBio um novo acordo de cooperação técnica.

O Sr. **Jorge Yared** achou interessante a forma de estruturação do relatório, principalmente a riqueza de conteúdos que abordou. Sugeriu que se colocasse nos próximos relatórios o apoio ao processo de concessão nos Estados.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** concordou com a sugestão do Sr. Jorge Yared e afirmou que o assunto citado estará no próximo relatório.

O Sr. **Milton Kanashiro** parabenizou pela evolução do Serviço Florestal Brasileiro, pelos avanços alcançados. Solicitou que o Sr. Joels falasse sobre o projeto da BR 163. Comentou que o Brasil está com uma experiência, com a criação do Serviço Florestal, nunca antes vista em termos de controle e informação do patrimônio florestal. Também sugeriu que o Serviço Florestal Brasileiro deveria estar representado na reunião da Cofla, realizada em maio.

O Sr. **Luiz Carlos Joels** comentou sobre o projeto da BR 163. Inicialmente, a previsão do início do projeto era 3 anos atrás. No entanto, houve erros nos documentos de cooperação. O projeto possui três componentes: um dedicado ao manejo das florestas públicas na região da BR 163, outro ao apoio a algumas cadeias produtivas e o terceiro ao fortalecimento da sociedade local.

O Sr. **Milton Kanashiro** sugeriu um projeto de pesquisa que pudesse colher e analisar material, evitando as burocracias.

O Sr. **Luiz Carlos Joels** afirmou que é total interesse do Serviço Florestal Brasileiro fazer isso, por meio de uma parceria.

O Sr. **Carlos Bantel (SBEF)** sugeriu que se colocasse no próximo relatório um comentário sobre os modelos adotados em outros países nas concessões florestais.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** agradeceu e afirmou que vai avaliar a sugestão de Carlos Bantel.

O Sr. **Rubens Gomes** agradeceu e parabenizou a gestão do Serviço Florestal Brasileiro.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** agradeceu ao Sr. Rubens Gomes e iniciou os informes. Citou a posse da Ministra Izabella Teixeira e a apresentação da Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro.

O Sr. **Rubens Gomes** informou que a rede GTA, juntamente com a CNS e a Coiab, está promovendo três reuniões para a criação dos princípios e critérios sócio-ambientais do REDD Plus ou REDD +.

O Sr. **Antônio Carlos Hummel** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

A reunião foi encerrada às 16h00min.

Anexo 1 – Lista dos Presentes

Reunião dos dias 30/06/2010

MEMBROS:

	Nome	Instituição
01	Antônio Carlos Hummel	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
02	Ricardo Melamed	Ministério a Ciência e Tecnologia - MCT
03	Cmd. José Leonardo Maniscalco	Ministério da Defesa - MD
04	Afonso Celso Brandão Sá	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC
05	Margarete Campos Rebouços	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG
06	Jeison Alflen	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
07	Geraldo Divino de Assis	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
08	Milton Kanashiro	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
09	Jorge Alberto Gazel Yared	Associação Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente - ABEMA
10	Justiniano de Queiroz Neto	Confederação Nacional da Indústria - CNI
11	Moisés Bernarrós Israel	Confederação Nacional da Indústria - CNI
12	Carlos Adolfo Bantel	SBEF
13	José Rubens Pereira Gomes	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS

OBSERVADORES:

	NOME	INSTITUIÇÃO
1	Vanderson Vieira	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
2	Thiago Longo	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
3	Natalino Silva	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
4	Gustavo Machado	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
5	Carolina Campos	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
6	Gustavo Oliveira	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
7	Claudia Rosa	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
8	Fabiana Souza	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
9	Daiane Silva	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
10	Juliana Canto	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
11	Ana Cristina Reis	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
12	Luiz César Cunha	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
13	Robert Moraes	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
14	Mariana Cavalcanti	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
15	Gilson de Souza	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
16	Ivan de Melo	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
17	João Paulo Soterro	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
18	Varlone Martins	Laboratório de Produtos Florestais – LPF/SFB
19	Marcelo Arguelles	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
21	Melina Laboissiere	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
22	Gustavo Pinho	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio